



Ministério da Previdência e Assistência Social ,
FUNABEM / Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

R. Visconde de Inhaúma, 39 - C. Postal 3871 - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20091

*SEDIS/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL
CEDEP/CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL*

PALESTRA PROFERIDA PELO PROF. MOACYR DE GOES, EM 16/04/86

RIO DE JANEIRO



Ministério da Previdência e Assistência Social / MPAS
FUNABEM / Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

R. Visconde de Inhaúma, 39 - C. Postal 3871 - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20091

CICLO DE PALESTRAS E DEBATES NO AUDITÓRIO DO CEDEP

ALFABETIZAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS - 16.04.86

A questão da Educação e Alfabetização

Prof. Moacyr de Goes

É uma satisfação atender ao convite de vocês, para uma discussão sobre a questão da educação. Eu realmente não me furto, em nenhuma oportunidade que se oferece para discutir o tema, por dois motivos fundamentais: primeiro, é que esta Nação passou vinte anos calada, silenciada, e que durante esse tempo os problemas se acumularam gravemente. Em segundo lugar, nós estamos às vésperas de um novo fato social, que é a Assembleia Nacional Constituinte, é que antes da oportunidade de uma Assembleia Nacional Constituinte nós temos que colocar a discussão da Educação, não somente nos foros de pedagogia de educação propriamente ditos, mas nós temos que colocar a questão em todas as instituições, todos os partidos políticos, na rua, na discussão do homem comum. Então, mais uma razão para que dentro da Instituição que cuida da educação, como a FUNABEM, nós aproveitemos a oportunidade para a discussão do nosso tema.



A questão da alfabetização, me parece, ela não poderá ser dissociada da questão maior que é a educação, e esta, de uma questão maior que é a questão política. Às vezes eu sou acusado de vir falar sobre a educação, sem ter muito tempo em situar um contexto histórico, consequentemente político, porque não entendo discutir a questão da educação, sem discutir a questão política. Nós não podemos continuar a colocar a questão política de baixo do tapete, sob pena de todas as nossas análises sobre projetos de educação, sobre propostas de educação, se frustrarem mais uma vez. Então, nenhuma experiência de educação, nenhuma proposta, nenhuma teoria de educação, nenhuma prática, terá condições de viabilidade, se ela não for contextualizada ao nível do processo histórico. E é assim, passando pela História, passando pelas propostas políticas, que nós vamos chegar à educação, que nós vamos chegar à alfabetização. É evidente que se você prioriza a questão da alfabetização como nós vamos tentar fazer aqui, você vai ter que passar por esse caminho e tentar colocar a questão da alfabetização de uma forma priorizada, mas não isolada. Luiz Antonio Cunha, tem uma expressão que eu acho muito correta quando ele trata, na sua obra, do problema da superação do analfabetismo. Coloca duas questões que me parecem muito claras e que seriam úteis para uma discussão. Ele diz o seguinte: a superação histórica do analfabetismo, onde a história nos ajuda a entender o fenômeno analfabetismo e alfabetização, só ocorreu duas vezes em que a questão do analfabetismo foi superado: Uma delas, pela expansão das oportunidades de ensino público e gratuito, acompanhado ou precedido por significativa melhoria do padrão de vida das classes populares. Veja aí. Já de saída, a gente está vinculando a questão da alfabetização a uma questão maior que é assegurar as condições de funcionamento de uma escola de primeiro grau, uma escola pública que funcione, que tenha condições de prosseguir além do próprio ato de alfabetizar. Este seria o caminho lógico, mais consequente, historicamente mais provável. Na medida em que nos oferece mais coerentemente, seriamente as opor-



tunidades de uma escola pública, gratuita, democrática, temos condições de superar, por esse caminho, o analfabetismo. A outra via de superação do analfabetismo ocorre por ocasião de campanhas maciças de educação popular durante ou logo após um processo revolucionário. Quer dizer, quando a sociedade viveu um determinado processo revolucionário, que despertou sua participação como um todo, você encontra momentos e não aquela primeira alternativa, que pode surtir efeitos de erradicar o analfabetismo. Assim foi na China, em Cuba, na Nicarágua, na União Soviética. Quer dizer, quando a sociedade, passa por um processo revolucionário, uma revolução realmente, uma mudança profunda na infra-estrutura social, com uma ampla mobilização política dessa sociedade, tem aquele momento propício para desencadear um processo de alfabetização em massa. Pela visão de Luiz Antonio Cunha, que também é minha, nós teríamos essas duas vias de extinção do analfabetismo. Como para o Brasil, não se colocou e não se coloca no momento atual, me parece, um corte profundo no processo histórico brasileiro de desencadeamento de uma revolução social profunda, a via que nos resta é realmente aquela de assegurar a escola pública gratuita, e dentro dessa escola pública gratuita alcançarmos, evidentemente, a erradicação do analfabetismo. É evidente que isso aí não exclui medidas acessórias paralelas, medidas que encurtem mais ou menos o caminho, mas não significa que essas medidas, que vão encurtar alguns caminhos, alguns atalhos que a gente tome, sejam suficientes para resolver a questão da erradicação do analfabetismo. As campanhas promovidas contra o analfabetismo no Brasil todo, demonstraram que são episódicas. Elas são como fogo de palha. Chega um determinado momento em que há um engajamento, um entusiasmo, depois a crise vai como um balão, vai murchando, murchando, depende das lideranças, depende de determinadas pessoas, depende de determinadas instituições, porque a coisa não se institucionalizou através daquilo que o povo tem direito, que é uma escola pública gratuita e democrática. A questão da luta contra



o analfabetismo, depois da segunda guerra mundial, depois da criação da UNESCO, está muito ligada a uma idéia que correu pelo mundo, após a derrota do "Nazi-facismo", de que um povo alfabetizado se libertaria, se defenderia com mais segurança dos estados facistas ou pára-facistas. Essa foi uma ambição da UNESCO, que estimulou inclusive a discussão da questão do analfabetismo, estimulou campanhas, estimulou projetos, e ao nível teórico se chegou a um conceito que vocês todos dominam certamente, que é o conceito da alfabetização funcional, para evitar a regressão, porque a alfabetização feita aleatoriamente, somente pelo fato de se fazer alfabetização e depois interromper qualquer processo educativo, traz uma regressão de 90%. Essas são as estatísticas. Quer dizer, faz-se um esforço de alfabetização, aquela criança ou aquele adulto está alfabetizado, e depois não se cria um hábito, uma necessidade de utilização daqueles conceitos de alfabetização e o que acontece é uma regressão. Quando muito, um Brasil que não está muito longe de nós, a alfabetização que levava a "ferrar" o nome, como se diz no Nordeste. Então você poderia assinar o título de eleitor e estava terminado o processo de alfabetização. Assinava o título de eleitor, poderia assinar a folha de votação e estava terminado o processo. Dentro de um conceito de alfabetização funcional que evitasse os riscos de regressão nesse índice tão forte de 90%, a UNESCO começou a recomendar programas de alfabetização restritos a serem realizados nas unidades produtivas, dentro do horário de trabalho e em conexão com as possibilidades de uso imediato nos conhecimentos adquiridos e não aquelas campanhas maciças, aquelas campanhas em que se gasta muito mais em publicidade sobre a questão do que efetivamente a alfabetização das pessoas, mas sim em áreas restritas, ligadas a fontes produtivas, para que o alfabetizando utilizasse o seu conhecimento, já alfabetizado. Então, dentro dessas pequenas unidades produtivas, em conexão imediata com os conhecimentos adquiridos, a UNESCO recomendava isso que ela chamava de educação funcional. Mesmo assim, 11 dos principais projetos, a partir de 1967, pro



movidos pela UNESCO a nível internacional, mesmo com todo esse cuidado, com todo esse encaminhamento, onze projetos fracassaram a partir de 1967, onze grandes projetos. Desses projetos, por exemplo, o Brasil ressalta o projeto do Vale do Rio Doce, que teve esse cuidado de seguir esse encaminhamento da UNESCO. Uma potência que é a Vale do Rio Doce, mesmo assim não se conseguiu muita coisa. No Brasil, nós temos exemplo de campanhas voltadas para a alfabetização e que não tiveram grandes resultados. Em 1947, por exemplo, surgiu no Ministério da Educação, a Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, que foi uma campanha que mobilizou, foi uma campanha inclusive que contou com a participação do professorado. Eu não diria que foi uma participação compulsória mas, por exemplo, em áreas mais avançadas, essa alfabetização além das tarefas normais das professoras do antigo primário, se colocava a alfabetização como uma isca para que aquela professora conseguisse ter promoção. Isso está muito bem estudado na obra da DISEBEL. Por exemplo, no Estado de São Paulo, onde o encarreiramento do professorado é encarado com mais seriedade, a professora que conseguisse ter além de seus trabalhos normais de 8 horas por dia, acrescentasse à noite o trabalho da alfabetização, a sua promoção para os centros mais desenvolvidos vinha mais rapidamente. Uma maneira de cooptar a força de trabalho do magistério, envolvendo mais uma tarefa além daquela que ela devia por obrigação regulamentar, cumprir. Então em 1947, final de guerra, uma época de esperança, a guerra fria ainda não tinha chegado com tanta evidência ao Brasil, ainda havia os ganhos da paz, o Brasil saía de uma ditadura, tinha feito a sua Constituinte, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos teve alguns êxitos. Êxitos estes que nós creditamos à cooptação do professorado que acrescentou às suas tarefas mais essa. Em 1952 nós temos a Campanha Nacional de Educação Rural. Voltada para o campo, essa campanha, também ao estilo das outras campanhas, deflagrou esperanças, mobilização e durante um certo tempo ela deu ensejo a uma mobiliza-



Ministério da Previdência e Assistência Social / MPAS
FUNABEM / Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

R. Visconde de Inhaúma, 39 - C. Postal 3871 - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20091

- 06 -

ção em relação ao analfabetismo. Essas campanhas, mais tarde
nós vamos ver, atingiram uma eficiência de 10% mais ou menos.
Apesar dos poucos recursos que tinha, elas ainda atingiram
um índice de melhor eficiência que o MOBREAL. Apesar dos poucos
recursos e da situação precária da época, elas atingiram com
os 10% um índice de produção um pouco maior. A última tentati-
va antes do Estado autoritário de 1964, de se obter a mobili-
zação em favor de um projeto de alfabetização maciço no país,
foi já no apagar das luzes do governo João Goulart, dentro da
aquele clima de reforma de bases, onde se discutia a reforma de
bases quando já tínhamos o método Paulo Freire. O Governo Fede-
ral lançava o Plano Nacional de Alfabetização, o famoso PNA,
que mobilizou a partir da experiência do método Paulo Freire
no Nordeste. *(as experiências em Pernambuco, R. G. do Norte e Paraíba.)*
A partir daí, a adoção pelo Ministério da Educa-
ção da metodologia Paulo Freire, inclusive aqui no Rio de Janei-
ro, para o lançamento do projeto na Baixada Fluminense. O PNA
durou 14 dias depois do golpe de estado. No dia 14 de abril o
PNA é extinto e começavam os novos tempos. A gente pode traba-
lhar um assunto ao nível das rupturas ou ao nível das permanên-
cias como metodologia de abordagem histórica. Se a gente fosse
abordar em termos de permanência, eu acho que minha palestra
aqui já teria terminado, porque eu diria para vocês: o analfa-
betismo não baixou, aumentou. Então, até logo, muito obrigado,
tomava um cafezinho e ia embora; mas nós podemos fazer outra
abordagem, que é o processo das rupturas. Mesmo quando não che-
ga a ser uma ruptura, mas uma fissura dentro daquele projeto
que vem se desenvolvendo, dentro dessa fissura é possível a gen-
te começar a perceber algumas mudanças, e se a gente não ficar
tão desesperançada, ganha algumas esperanças, ganha algum alento,
ganha algum otimismo e, vai percebendo que, através dessas fissu-
ras, a gente começa a caminhar. Como eu sou um otimista invetera-
do, prefiro esta segunda metodologia. Vamos ver através de algu-
mas fissuras desse projeto de educação brasileira como um todo,
até quando em determinados momentos ocorrem algumas mudanças. Mu-
danças que sejam, até algumas delas, significativas e que demons-
trem a possibilidade de um avanço. Para ser mais atual, para o



Ministério da Previdência e Assistência Social / MPAS
FUNABEM / Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

R. Visconde de Inhaúma, 39 - C. Postal 3871 - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20091

- 07 -

processo histórico não ficar muito mais longo, nós poderíamos dizer que uma dessas fissuras, nos tempos modernos, ocorre em 1958, no segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos. Porque a questão da educação, como eu já assinaei aqui tantas vezes, tendo que ser estudada ao nível de um contexto mais amplo, percebemos que já nos anos 20 surge no Brasil a discussão completa da questão social, da questão política, junto com a questão da educação. Em 1924 é criada a ABE - Associação Brasileira da Educação que é o primeiro grande FORUM que os educadores encontram para discutir a questão da educação, independente da Secretaria de Estado, independente dos órgãos estatais, quer dizer, é uma categoria que começa a se organizar e a pensar a questão da educação. Aí a gente vê um corte. Estamos a dois anos daquilo que Hélio Silva chama de, o ano 22, como um dos anos mais significativos para o Brasil. Em 1922 você tem a primeira revolta tenentista, a Semana de Arte Moderna de São Paulo, e a fundação do Partido Comunista. Então, três momentos em que você vê que a sociedade está num processo de mudança, dos questionamentos, de encontrar alternativas e caminhos. Dois anos depois, os educadores fundam a ABE. Em 1932, os educadores lançaram o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, cujos signatários quase todos já morreram. Só tem um vivo que é o Professor Pascoal Leme. Então em 20 e início de 30, você percebe a educação trabalhada ao nível do social, a preocupação do social. Mas vem o Estado Novo, que não permite a discussão. Nós sabemos que o estadoditatorial, apesar de se auto-definir como Estado Forte, ele geralmente é um estado profundamente frágil e fragilizado porque não permite uma discussão. Na hora em que você joga sobre a estrutura autoritária um fechamento crítico, essa estrutura autoritária se abala. O Estado Novo correspondeu a isso. Tudo aquilo vinha sendo acumulado para discussão crítica da educação, juntando educação e a questão social, educação e a questão política. Isso daí é silenciado. De 37 a 45 não se fala dessas questões no Brasil. Então nós sofremos um retrocesso.



Eu dizia aqui, um corte moderno ^{porque} é o Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958. Porque, a ditadura de Vargas, o Estado Novo, havia calado a boca, um grande "cala-a-boca" nacional - o esparadrapo começa a ser retirado dos nossos lábios e começa a discussão da questão da educação, da questão social, da questão política. E um personagem novo nesta cena é Paulo Freire. Antes de chegar ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos de 58, o Ministério da Educação havia proposto encontros regionais, e no Encontro do nordeste, Paulo Freire defende uma tese que é interessante inclusive resgatar isto - chamada "Analfabetismo e Mocambo", em que ele estabelece o cinto de ferro da miséria alimentando o analfabetismo, e o analfabetismo realimentando a miséria. E quando essa tese, que vem do Encontro do nordeste, chega ao Encontro Nacional de Educação de Adultos, a outra contribuição de Paulo Freire é no sentido de propor aquilo que ele falou, na época, de educação com, e não educação para. A educação para, é aquela educação "pacote", é aquela educação que vem de cima para baixo, do "Magister dixit", é aquela educação, que extrapolamos da simples sala de aula, é a educação do Estado Autoritário; aquela em que o Ministério da Educação pensa, transmite para as Secretarias Estaduais, estas Estaduais para as Secretarias Municipais, e aquele pacote vai rolando até chegar à escola como uma questão pronta e acabada. Então, propunha-se, em 1958, a educação com, que é a educação participativa, é aquela que entende que o educador e o educando, os dois são agentes de um processo. Não é só o educador que é um agente do processo, a encher a cabeça, aquele que mais tarde, o próprio Paulo Freire chamará de educação bancária, quer dizer, colocar os "fundos" dentro da cabeça do aluno e na hora da prova escrever um cheque e checar o conhecimento. Se tem saldo passa, se não tem, reprova simplesmente, sem um pensamento crítico. Esta nova visão da educação, da educação com, como educação participada, educação negociada - que não quer dizer que não tenha as suas direções de educação. Como educadores, nós não abrimos mão da responsabilidade que



temos pela acumulação que foi feita do conhecimento, de abrir mão de uma direção da educação. Apenas essa direção não é impositiva, essa direção é negociada, participativa. Esse novo pensamento, encontra uma universidade profundamente elitista, profundamente fechada, onde o catedrático é vitalício. As pessoas que passaram pelos bancos escolares do 3º grau nos anos 50 e 60, devem se lembrar que o concurso praticamente não existia, e os auxiliares daquele catedrático ^(como um senador do império de sua época) eram cooptados entre alguns que passavam a ser auxiliares da cátedra, e assim se perpetuava o conhecimento. Ora, em uma universidade tão fechada como essa, ficava difícil você fazer progredir um pensamento sobre educação, que não fosse aquele pensamento estabelecido, aquele pensamento conservador, estruturado, estabelecido, batizado e crismado, há não sei quantas gerações, e que consequentemente, tinha uma grande vantagem para o poder porque não questionava, não incomodava o poder. Mas a situação política brasileira também mudava. Chegava ao final dos anos 50 e início dos anos 60 com uma crise de proporções econômicas, sociais e políticas que era um desafio que a sociedade brasileira precisava resolver. Era aquilo que Conceição Tavares chama de "o final de um processo de substituição das importações". Quer dizer, o setor industrial, como diz Celso Furtado, já era homogêneo no final dos anos 50, e a indústria estava com um desafio de como fazer. Ela ia fazer para exportar? Não, ela ia fazer para vender. Mas vender para quem? E aí se colocava o desafio do final dos anos 50. Ou você fazia a reforma interna, daí a reforma de bases do governo João Goulart, para abrir mercado para os produtos industriais e a indústria poder vender, ou você ia exportar o que a indústria produzisse. Essa discussão, que é a discussão do final dos anos 50 ao início dos anos 60, é a discussão que é resolvida a golpes de sabre pelo golpe de estado de 1964, quando o Sr. Roberto Campos, que ainda está aí no Senado dizia, como primeiro Ministro do Planejamento, que exportar era a solução. Não vai se fazer reforma interna nenhuma, aqui. Aqueles que tiveram até agora, capacidade de acumular vão ter a capacidade de comprar, e quem não



teve a capacidade de acumular, ~~de comprar, e quem não teve a~~
~~capacidade de acumular~~ agora não vai comprar mais, nunca mais.
Então passou a ser aquele sistema que se chamou de " Belíndia ".
Era uma Bélgica, altamente industrializada, com poder aquisi-
tivo alto, em cima de uma Índia, que é uma população ^{bem} miserável,
que não tinha poder aquisitivo nenhum, e a indústria passou a
vender para o exterior. Daí a crise econômica do final dos anos
50 e começo dos anos 60. E depois disseram que João Goulart era
comunista. João Goulart querendo abrir o mercado para os produ-
tos industriais. Um dos grandes equívocos desse país. Mas é
assim mesmo, com equívocos é que se vai fazendo a História. A
crise política é a crise do populismo. O populismo chegara à ce-
na política em 1930 e já tiraram das suas cartolas todos os seus
coelhos de mágico. Chega no início dos anos 60, o populismo está
como uma esfinge diante dele: decifra-me ou devoro-te. Decifra -
me seria transferir-se de cultura popular populista para a postu-
ra popular e enfrentar realmente a reforma, ou então, abandonar
a cena. Como objetivamente o populismo não teve condições de se
transformar no popular, ele abandonou a cena e em 1974 começamos
uma nova etapa de uma proposta tecnocrata civil-militar, toda ela
preparada pelo IPES - Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais,
do general Golbery do Couto e Silva. Já trazia tudo prontinho. Co-
locou no lugar e deu prosseguimento ao projeto brasileiro. Ora, se
a gente identifica que no final dos anos 50 início dos anos 60, vo-
cê tem uma crise econômica, uma crise social e uma crise política,
a educação tinha que estar sendo mexida em algum ponto. Nossa área,
a área de educação, nós que somos uma das áreas mais conservado-
ras de um processo social, que continuamos com o " cuspe e giz "
dentro de uma sala de aula enquanto o homem já pisou na Lua, essa
área teria que ser abalada em alguma coisa, porque foi abalada a
economia, foi abalada a sociedade, foi abalado o projeto político.
Nós temos que ser também essa sociedade em termos de alguns aba-
los. O congresso de 58, com as propostas de juntar a questão soci-
al e a questão política com a questão educação, começou realmente
a abalar o projeto, o projeto educacional do Brasil como um todo.



Mas como eu dizia a pouco, retomando aquela outra informação, a universidade profundamente fechada não deu trânsito para que outras idéias alternativas de educação florescessem, mas a História é profundamente dialética. Ninguém consegue parar o tempo. Aquelas idéias que não conseguiram passar pela Universidade, elas vão passar pelo movimento popular e no início dos anos 60 nós temos duas vitórias populares significativas, em que o movimento popular dentro de uma frente política obtém vitórias significativas com os seus candidatos. É Recife, com a vitória de Miguel Arraes, é Natal, com a vitória de Djalma Maranhão e significativamente as propostas do II Congresso Nacional de Educação de Adultos veiculado pelo Movimento de Cultura Popular, pelo movimento político-popular, vai encontrar nessas duas administrações, o caminho para se expressar. Não é sem razão que a prática das idéias de 58 vão ocorrer em 4 momentos. Os dois primeiros momentos são Recife e Natal, com o Movimento de Cultura Popular criado na administração de Miguel Arraes e o segundo momento 61. Isso foi em maio de 60, no Recife, e em fevereiro de 61 em Natal, com a campanha " De Pé no Chão Também se Aprende a Ler ", cujo documentário nós vamos passar daqui a pouco para vocês. E os dois movimentos, ainda em 61, que vão surgir e que vêm no bojo de duas organizações que tiveram sensibilidade política para entender o momento que estavam vivendo, um foi a Igreja Católica que com a criação do MEB - Movimento de Educação de Base, em acordo com o Governo Federal, que a partir da experiência radiofônica, das escalas pelo rádio, de educação de base do Nordeste e depois se estabelecia pelo Brasil todo, o MEB, e a outra organização foi a UNE - União Nacional dos Estudantes quando criou o CPC - Centro Popular de Cultura. É produto de uma equipe, de uma discussão colegiada e tudo mais; mas, é impossível dentro dessa equipe esquecer a figura de " Vianinha ", Oduvaldo Viana Filho. Quando Oduvaldo Viana Filho dizia que, para esse país que vive de baixo de uma usina de alienação, era necessário criar uma usina de conscientização, e ele não podia fazer isso num teatro com 120



lugares. Foi quando a UNE chegou e ofereceu, a UNE, que vinha de uma frente política - isso é importante também - e que tinha se aliado à JUC - Juventude Universitária Católica e a Juventude do Partido Comunista - tinham se aliado numa chapa única - a UNE vem e oferece as condições para que o CPC se estabeleça no Brasil todo. Ora, nós temos aí oportunidades, NCP Pernambuco, Pé no Chão em Natal, MEB a partir do Nordeste se estendendo pelo Brasil todo, IPC a partir do Rio de Janeiro e São Paulo, se estendendo pelo Brasil todo, de 60/61 nós temos esses 4 movimentos. Eu quero chamar a atenção de vocês para o seguinte: em setembro de 1963, reunindo-se no Recife o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular nós vamos encontrar 77 organizações que estão envolvidas numa prática, numa proposta de cultura popular, e desse 77, 44 estão voltadas para a alfabetização. Vejam como a coisa se desloca de entre 60 e 61 de 4, para em 63 você ter 77, dos quais 44 voltadas para a alfabetização. E que realmente é um momento de forte questionamento das estruturas brasileiras, de forte questionamento do projeto econômico, o Nordeste está com a SUDENE, vem da seca de 58, foi um momento desolador, uma proposta da SUDENE abria certas esperanças, certos horizontes, então você tem uma oportunidade de uma discussão, e aí vem, com o crescimento do movimento popular, o crescimento de uma proposta de educação vinculada ao movimento popular. É muito importante a gente dizer isso, depois, por exemplo, que nós tivemos um momento do Brasil de 20 anos de embate muito profundo, em que a situação brasileira foi profundamente questionada mas não foi discutida, uma situação herança ao AI-5, em que não se podia falar, não existia nem "habeas corpus", a Inglaterra adota o "habeas corpus" antes de 1.200 e o Brasil em 1900 aboliu o "habeas corpus", você vê o atraso que isto significou ao nível da história. Uma sociedade que se dividiu em termos de luta armada, então, depois de tanto tempo você tem novamente o movimento popular nas ruas com as diretas. É evidente que se frustrou muitas vezes, mas há uma recuperação desse movimento popular. Dizem que aqueles que esquecem o passado estão condenados a repeti-lo. Se nos anos 60, com a vitória do movimento popular foi possível tipos de educação alternativa e propostas renovadoras e o



questionamento de um sistema todo e avançou-se com o projeto global brasileiro, agora que o movimento popular ^{voltou as ruas, que o movimento popular} se reestrutura em outros níveis, de associações de moradores, de um pacto social que está aí para ser celebrado com a nova Constituinte, nós temos que nos preparar para dar as respostas no campo da Educação. Evidentemente que essas respostas não vão ser somente nossas. Nós temos que discutir as nossas propostas como um todo, mas nós temos a obrigação, e isso ainda nós não podemos transferir para ninguém, para que tenhamos propostas, não que as nossas propostas sejam aprovadas, mas teremos que ter propostas para discuti-las, aperfeiçoá-las, reduzi-las, ampliá-las, retirá-las se já não forem válidas, substitutivos etc. Nós teremos que ter essa proposta. Se o projeto democrático se segurar nós teremos a chance de oferecer algumas propostas concretas e objetivas para esse país em termos de educação, que não poderão, evidentemente vir isoladas de outras propostas, mas o tempo é de refletir, de questionar e de agir politicamente. Aberta essa moldura, a minha pretensão agora era falar um pouco da " Campanha de Pé no Chão ", que é o documentário que eu trago e é a experiência pessoal que eu vivi, falar um pouco da Campanha de " Pé no Chão ", projetar o filme e depois, retomar uma discussão ao nível de MOBRAL, e depois abrir tempo para a gente começar realmente a discutir um pouco aqui, não ficar somente eu falando. O movimento da Campanha " De Pé no Chão " Também se Aprende a Ler " foi um episódio de todo este quadro que eu abri para vocês aqui. Seria um erro imperdoável se eu chegasse aqui começasse a falar sobre " Pé no Chão " sem abrir toda essa moldura. Quer dizer, " Pé no Chão " não vai cair do céu por um descuido " Pé no Chão ", como eu disse está ligado à vitória de um movimento popular nas urnas em 1960. Então ele sai, da candidatura de Djalma Maranhão, ela é discutida não ao nível de um partido político - eram 13 partidos na época mas ao nível de comitês supra-partidários, aquele que a gente chamava de comitê de rua, comitê popular, ou comitê nacionalista, co



mo era chamado. Natal com uma população de 180 mil pessoas organizou 160 comitês, ^{esses comitês} discutiram politicamente as candidaturas, mas esses comitês eles faziam também um levantamento das suas reivindicações, das necessidades dos bairros. Então houve um momento em que os comitês dos bairros fizeram as suas convenções e fizeram as listas das suas prioridades. Depois esses comitês fizeram a convenção municipal, os 160, e ali foram consolidadas as listas de prioridades. Interessante é que quando foi consolidada a lista final, a reivindicação primeira foi educação para todos. Até a própria formulação da frase é a de hoje. O Ministério da Educação tem um programa Educação Para Todos. Porquê? Porque Natal sofria uma crise tremenda de educação pública. Natal crescera de 4 vezes a sua população, da guerra até 1960. Não havia ensino municipal, o ensino municipal praticamente é criado por Djalma Maranhão, e a rede pública do estado tinha 12 grupos escolares. Porque um grupo escolar havia sido transformado numa Faculdade de Direito, então houve a crise. Estes comitês então colocam a questão. Quando Djalma Maranhão se elege com a representatividade de 68 % dos votos apurados então com alta legitimidade e eu fui para a Secretaria da Educação para cuidar ^{meu} do número um, era assegurar a educação para todos. E deparei logo de saída, com aquilo que é o comum de qualquer região subdesenvolvida, qualquer região terceiro mundista. Você tem umas propostas muito boas na cabeça, mas você não tem como fazer. Então, como é que se assegura escola para todos. Nós começamos aproveitando todos os locais que fossem cedidos de graça à Prefeitura. Entre novembro de 60 e janeiro de 61, ocupamos parece oito espaços, que a gente chamava de escolinhas. Mas isso não resolvia o problema, porque eu não podia direcionar a educação justamente, para os bolsões de miséria. Os bolsões de carentes. Aí me reuni com o Comitê Nacionalista do Bairro das Rocas. O bairro das Rocas foi sempre um bairro piloto e toda inovação de governo era feita lá. Porquê? Porque o bairro das Rocas tinha o porto e a estrada de ferro. E a gente sabe que numa região subdesenvolvida onde existe porto e estrada de ferro a classe operária amanece cedo para a consciência de seus problemas. Eu me



reuni com o Comitê Nacionalista do Bairro das Rocas, 40 a 50 homens e mulheres, dentro de uma sala, discutindo uma tarde de sábado toda. Vocês querem acabar com o analfabetismo e o prefeito também quer. Agora, não tem dinheiro. E o que a gente faz? Após duas horas de discussão levanta-se um caboclo, lá do fundo da sala e diz: - Olha, se você não tem dinheiro para fazer uma escola de alvenaria, você faz uma escola, nem que seja debaixo de um coqueiro, mas faz a escola. O que a gente precisa é uma escola. Então, naquela hora, começou a discussão. Encontraram logo um terreno onde devia ser feito. Patati, Patatã. Eu, confesso que, oriundo de classe média, alisando bancos escolares, fazer uma escola de palha de coqueiro, numa capital da cidade, o Poder Público fazer isso! Eu fiquei meio arrepiado, tá entendendo! E tive o bom senso de deixar o pessoal, os companheiros discutirem e eles discutiram, e aquela opinião cresceu e incorporou. Terminaram votando, e saí de lá com a proposta debaixo do braço, para apresentar ao prefeito. Que se faça a escola de palha de coqueiro. As Rocas, como se diz. O bairro das Rocas está pedindo. Eles querem escola. Então, naquela hora, aquele povo estava dando uma grande lição, ainda para ser entendida hoje. Porque não é o povo, que confunde prédio escolar com escola. O prédio da escola pode até ter Diretor, Psicóloga, Sociólogo, Assistente Social, Professores e alunos e não ser escola. Então, ali naquela hora se fazia uma distinção entre prédio escolar e escola. Então, era tudo bonito porque eles tinham um terreno vazio. Era um terreno, onde a Prefeitura ia fazer, onde ia edificar um cemitério; ainda não tinha começado nada do cemitério. Então ao invés de fazer o cemitério, faz a escola. Quer dizer, ao invés da morte, a vida: a escola de palha de coqueiro. Os carpinteiros da Prefeitura quando chegaram lá, não souberam fazer, porque a palha de coqueiro, como vocês sabem, ela é toda assim. Pra fazer a corrida de água do teto é preciso virar a palha ao contrário. Então, foi preciso chamar os pescadores da praia, que moravam em casas de palha de coqueiro



ro, pra então, ensinar aquela tecnologia que havia sido perdida pelos operários urbanos. Assim foi discutido e resolvido provisoriamente que afinal de contas, não seria, e nunca será ideal você ensinar debaixo de palha de coqueiro mas quebrava o imobilismo. Isso é que é importante, quebrar o imobilismo, não havia escola de alvenaria mas havia escola de palha de coqueiro provisoriamente, tanto assim, que nós chamávamos de acampamento escolar, nós não chamávamos de escola. O 2º grande desafio nosso foi quem colocar dentro de sala de aula para ensinar, recursos humanos. E aí, é como se diz no Nordeste, é que a porca torce o rabo, se não é cotô. Porque aí, é que é a grande dificuldade. Natal tinha uma escola Normal há 50 anos. Por aí você vê, como o Poder Público preza a questão da Educação. Há 50 anos existia uma escola Normal, em Natal, se fosse empregar todas as normalistas desde aquelas caqueticazinhas até os brotinhos que estavam saindo da escola, não era suficiente. Então, nós tínhamos que enfrentar o problema de formar recursos humanos. E aí participamos para os cursos de emergência. Curso de emergência por um lado, significa o quê? 4 a 5 meses, 5 h de trabalho por dia, para preparar um professorado leigo, para dar aula. Começar a assumir a classe. Os Conteúdos e Fundamentos da Educação, Filosofia da Educação, Biologia da Educação, etc, etc, etc. Mas soltar o professorado leigo, sem uma coordenação, sem uma orientação é você jogar uma pessoa no meio das feras. Então, as professoras diplomadas, eram recicladas para orientadoras. E cada professor diplomado supervisionaria e orientaria o trabalho de 20 professores leigos. Então, 20 leigos, ou nas escolas isoladas ou dentro do acampamento, trabalhavam com um responsável que tinha uma titulação acadêmica, responsável por aquele trabalho. Esse foi o segundo grande desafio. O terceiro foi a questão do conteúdo. Durante muito tempo nós apanhamos em relação a conteúdo e metodologia. Quanto à metodologia de adultos nós apanhamos até surgir o método Paulo Freire. Insucessos em cima de in-



sucessos em termos de Educação de Adultos. Quando Paulo foi para Natal trabalhando conosco formou uma equipe, e tal e coisa, discutimos a questão. Aí, começamos a deslancar mais rapidamente em termos de Educação de Adultos. Educação que antes era majoritariamente " pé no chão " aí a 1ª postura nossa era aproveitar as cartilhas que vinham aqui do Sul. Lá, então aplicavam aquelas cartilhas e tudo mais. E vez por outra, havia problemas mais sérios porque nós tínhamos que adaptar aquelas cartilhas também ao conhecimento local. Aqui há uma discussão que tem que se fazer. Que se parta do conhecimento local porque isso é indispensável ao pensamento de Paulo Freire. Se contentar com a cultura local e reproduzir essa cultura local é não sair do campo. Agora, partir da cultura local para poder deslancar um processo mais amplo, mais conseqüente e mais produtivo, então é necessário. Então, vocês vão ver aí no filme uma série de erros pedagógicos. O filme é da metade da Campanha de 62. É de 62 este filme e vocês vão ver uma série de erros, por exemplo, nós estamos alfabetizando crianças com ovo de Páscoa. Crianças que não tinham feijão nem arroz em casa. Ovo de Páscoa! O nome da mulher de D. Pedro I. A partir da identificação disso, nós começamos a produzir o nosso próprio material de apoio. Não prescindindo do conhecimento global, mas começando a trabalhar material de apoio. E como era obtido isso? Nós tínhamos reuniões permanentes, quer dizer, toda a semana as 20 monitoras estavam reunidas com seu orientador e de 15 em 15 dias os orientadores, que eram professores diplomados, estavam reunidos no Centro de Formação de Professores com a equipe do Centro. Então àquela parte inicial que era saber como ia à escola, o que tinha sido ensinado foi acrescentada mais uma preocupação: o que é que deve ser ensinado. E estas propostas vinham dos monitores, passavam pelos orientadores e chegavam às reuniões quinze nais do Centro, onde se discutia durante um dia de trabalho, de 15 em 15 dias. Aí se começou a produzir o material didático. Então 3 desafios básicos, Pé no Chão procurou resolver. Não digo que se tenha resolvido mas procurou resolver, pelo menos teve a



consciência que havia esse problema. O espaço físico se resolveu através dos acampamentos, a formação do professor, podemos lembrar o MOBREAL tem, baseado nos seus relatórios, o MOBREAL preparava o seu pessoal numa média de 10h de preparação do seu monitor. Se você computar todos os cursos dados e fizer a média, durante 10h você não prepara ninguém, não é verdade? Então o professor passava 4 ou 5 meses, dependendo do andamento da turma, preparando esse pessoal para trabalhar - Recursos Humanos. É a terceira, o conteúdo, o que ia ensinar lá. Foi uma Campanha que teve muitos erros, uma Campanha que foi atravessada pela época do populismo, foi uma Campanha que me parece hoje, algumas coisas podem ser creditadas a Pé no Chão. Foi uma proposta terceiro mundista, quer dizer quando, por exemplo, o Lacerda aqui no Rio de Janeiro era alimentado com a Aliança para o Progresso, ^{com verba da} ~~da~~ ^{USAID} Aliança etc, etc lá nós procurávamos reunir (e depois, esta brincadeira ^{ca pa} terminou nesta dívida externa, que está aí hoje), nós procurávamos responder ao desafio com os recursos que tínhamos. Era uma ^{Progres} escola pobre, que atendia a uma população pobre, mas quebrava o ^{50, a cor} imobilismo. Infelizmente, nós não tivemos mais tempo, porque ela ^{do HEC/} durou janeiro/fevereiro de 61 até abril de 1964, quando ela foi ^{USAID} destruída com os outros movimentos de Educação Popular, funcionou dentro da Secretaria de Estado - Secretaria Municipal de Educação - como escola pública realmente e deu respostas. O filme, que vocês vão ver, a origem dele, eu vou dar uma informaçãozinha rápida. Em final de 61, Darcy Ribeiro era Ministro da Educação e foi fazer uma palestra no Recife, eu me desloquei de Natal para Recife pra ver se conseguia algum auxílio federal. E Darcy respondeu: - Não tenho recurso nenhum no Ministério, mas eu sei que vocês estão fazendo um trabalho sério e vou fazer o seguinte: a contribuição do Ministério para vocês vai ser documentar a experiência. Vou mandar um cinegrafista filmar a experiência, documentar a experiência de vocês. Então, é a origem desse filme. Quando vem o golpe de 64 (é aquele que o Dr. Alceu Amoroso Lima chamava o período do terrorismo cultural) em que fizeram uma fogueira dentro



sucessos em termos de Educação de Adultos. Quando Paulo foi para Natal trabalhando conosco formou uma equipe, e tal e coisa, discutimos a questão. Aí, começamos a deslanchar mais rapidamente em termos de Educação de Adultos. Educação que antes era majoritariamente "pé no chão" aí a 1ª postura nossa era aproveitar as cartilhas que vinham aqui do Sul. Lá, então aplicavam aquelas cartilhas e tudo mais. E vez por outra, havia problemas mais sérios porque nós tínhamos que adaptar aquelas cartilhas também ao conhecimento local. Aqui há uma discussão que tem que se fazer. Que se parta do conhecimento local porque isso é indispensável ao pensamento de Paulo Freire. Se contentar com a cultura local e reproduzir essa cultura local é não sair do campo. Agora, partir da cultura local para poder deslanchar um processo mais amplo, mais conseqüente e mais produtivo, então é necessário. Então, vocês vão ver aí no filme uma série de erros pedagógicos. O filme é da metade da Campanha de 62. É de 62 este filme e vocês vão ver uma série de erros, por exemplo, nós estamos alfabetizando crianças com ovo de Páscoa. Crianças que não tinham feijão nem arroz em casa. Ovo de Páscoa! O nome da mulher de D. Pedro I. A partir da identificação disso, nós começamos a produzir o nosso próprio material de apoio. Não prescindindo do conhecimento global, mas começando a trabalhar material de apoio. E como era obtido isso? Nós tínhamos reuniões permanentes, quer dizer, toda a semana as 20 monitoras estavam reunidas com seu orientador e de 15 em 15 dias os orientadores, que eram professores diplomados, estavam reunidos no Centro de Formação de Professores com a equipe do Centro. Então aquela parte inicial que era saber como ia a escola, o que tinha sido ensinado foi acrescentada mais uma preocupação: o que é que deve ser ensinado. E estas propostas vinham dos monitores, passavam pelos orientadores e chegavam às reuniões quinze nais do Centro, onde se discutia durante um dia de trabalho, de 15 em 15 dias. Aí se começou a produzir o material didático. En tão 3 desafios básicos, Pé no Chão procurou resolver. Não digo que se tenha resolvido mas procurou resolver, pelo menos teve a



do Centro de Formação de Professores, onde arderam nossas cartilhas e nossas estatísticas. Tanto assim que levei 10 anos para escrever 1 livro (redigi o livro em 3 meses) levei 10 anos catando documentos para resgatar esta experiência. Uma amiga minha quando a Secretaria de Educação estava invadida, pegou este filme e, arriscando inclusive, a própria pele, colocou o filme dentro da bolsa e levou para casa. Chegou em casa e todo mundo ficou apavorado: -Você traz um filme de Djalma Maranhão e daqui a pouco vem gente aqui, vem os militares aqui. Então, ela mandou o filme para o interior onde tinha uma fazenda. Chegando no interior, a mesma perplexidade, o mesmo medo. Aí enterraram o filme. Quando comecei a preparar a documentação para o livro, ela se lembrou e com a sorte incrível de quem enterrou o filme ainda estava vivo e sabia onde havia enterrado. Cavaram e retiraram a lata com o filme. Passou 10 anos enterrado! Eu digo isto para vocês avaliarem como é difficil fazer História neste país, onde as fontes precisam ser enterradas, quando o macartismo desce sobre o país na caça às bruxas. Então vocês vão ver aí uma peça arqueológica que, esteve plantada durante 10 anos. Nós vamos ver o filme e depois continuamos a conversa. Evidentemente que a proposta do Estado autoritário de 64 não poderia conviver com propostas semelhantes a estas e mesmo os nossos mandatários do poder traziam suas próprias propostas e a proposta mais coerente em termos de educação foram os acordos MEC/USAID. Então sobrevem um corte profundo aí, outro corte também profundo no processo de Educação no Brasil. Se desde 1958 se procurava ter a Educação participativa, negociada com os acordos MEC/USAID não somente, não são os estudantes é a população que discute o projeto de educação, nem também os educadores. A Aliança para o Progresso entra no MEC com a proposta de transformar a Educação e atrapalha o nível do ensino primário, médio e superior de formação de professores e de profissionais para a área agrícola, de edição de livros e nós sabemos que a Reforma Universitária, no Bra



sil, por exemplo, se deu em 1968, numa época em que vivíamos, sob o Ato Institucional Nº 5. É esse resgate histórico. Quando eu digo a vocês, que não podemos só discutir a politização, tem que discutir a Educação, tem que se discutir a História; é que quando hoje por exemplo, cobram da escola o seu baixo rendimento, nós precisamos saber o porquê desse baixo rendimento; porque ele chegou a isso, nós temos que identificar, que houve um determinado momento, que nem os educadores apitavam na Educação; quem decidia da Educação, era um projeto coerente com o Ministro das Relações Exteriores, que uma vez voltou dos Estados Unidos e desceu aqui no Galeão com um chapéu mexicano e disse:—O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil. Quer dizer: é um período da interdependência; não deveria ser questionada a independência e sim a interdependência o que faz com que um general brasileiro dirija as forças que invadem a República Dominicana e seja o mesmo general brasileiro, General Meira Matos que vai fazer o relatório geral da Educação e apontar as soluções. Às vezes a gente tem uma memória muito fraca. Quando se diz que a escola tem um rendimento baixo eu aceito a crítica, realmente tem um rendimento muito baixo, mas eu quero discutir o porquê, o porquê desse rendimento baixo. E evidentemente eu vou encontrar nos acordos MEC/USAID, na entrega da Educação Brasileira à Aliança para o Progresso, uma das faltas fundamentais dos níveis baixos da Educação Brasileira. Mas, aí com todo esse movimento no meio da rua, não era possível se fazer por um passe de mágica a superação disso tudo. E o objeto da Educação começou a ter ao nível da super estrutura os acordos MEC/USAID e no Nordeste onde havia surgido o método Paulo Freire. No Nordeste havia surgido, os principais movimentos de educação de base, o Ministério de Educação começa a financiar a Cruzada ABC. A Cruzada ABC é uma experiência norte-americana, não somente defendida por norte-americanos, mas operacionalizada por norte-americanos. Tem como tarefa principal, a antiga área do campo em Pernambuco, para



desarticular ao nível da cultura de libertação o movimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião. E esse desdobramento da Cruzada ABC vem com um projeto-impacto, que é um segmento do MOBRAL que foi criado em 1967, mas só começou, realmente, a funcionar de uma maneira de um projeto-impacto a partir de 1970. E a situação do MOBRAL, como projeto-impacto, procurava superar uma contradição muito grande; é que o Brasil do AI 5, é o Brasil da Super-potência, é o Brasil potente, é um Brasil potência, é o Brasil que firma toda publicidade montada em cima de uma nação que não é mais sub-desenvolvida. Essa palavra subdesenvolvida retirada do dicionário, você nunca mais irá ouvi-la. É porque o Brasil é uma potência; então nos carros da pequena burguesia, você vê a frase ou plástico " Ame-o ou deixe-o ". Quer dizer, é aquele momento, em que há uma proposta por etapa de formação de um Estado e quem não concordar com ele, que o deixe. Então é o problema dos exílios, da tortura, o problema das prisões e tudo mais. E o MOBRAL que veio para ser um projeto-impacto, veio realmente, com um respaldo financeiro excelente, porque o MOBRAL contava com o financiamento de 1% do imposto devido pelas empresas, e também, com 24% da renda líquida da Loteria Esportiva a partir de 1971. Nunca neste país, um projeto de Educação contou com as condições financeiras, que o MOBRAL teve. E politicamente, a proposta evidentemente não revelada, mas que a gente percebe perfeitamente, era ampliar as bases sociais de legitimidade junto às classes populares. Quer dizer, o programa do controle social e aqui, quando a gente fala em FUNABEM, vocês devem ter muitas vezes discutido isso amplamente. O que significa Educação, o que significa super-estrutura cultural fazendo o controle sobre as classes menos favorecidas, sobre as classes subalternas, como dentro de um processo elitilista; como é o processo brasileiro, isso se faz até com uma grande competência. Eu não sei, se usássemos a nossa competência a qual usamos para o controle sobre as classes subalternas; se nós tivéssemos a competência para resolver outros problemas tão graves, como o problema da economia, o problema da sociedade, o problema do regime político, nós não teríamos mais êxi



to. O MOBRAL não se firma a nível da credibilidade pública e não se firma porque ele tem a

Eu quando faço essa crítica, eu quero ressaltar que estou fazendo a crítica institucional; eu reconheço, que há muita gente que desenvolveu o trabalho no MOBRAL, com a melhor das intenções, que trabalhou seriamente, que se sacrificou, que se doou generosamente. Aliás, não podemos partir de exemplos isolados, nós temos que fazer a crítica institucional como um todo. E o que a gente percebe, é que o MOBRAL não criou um nível de credibilidade a partir da hora em que essas estatísticas eram perfeitamente questionáveis. Eu me lembro e está aqui resgatado por Vanilda Paiva, em estudos sobre o MOBRAL, um célebre diálogo do Senador Calmon com o Senador Paulo Guerra que tinha sido Governador de Pernambuco. Quando feita a deposição de Arrais é quem reassume, e que Paulo Guerra, na maior das ingenuidades ele, estudando as estatísticas do MOBRAL, lá na fazenda dele, verificou que as estatísticas do MOBRAL indicavam 52 pessoas que tinham sido alfabetizadas. E ele revelou, no plenário do Congresso Nacional: "O MOBRAL, na minha fazenda tem duas pessoas: a minha filha e uma professora." Ele nunca alfabetizou ninguém, porque nunca precisou de alfabetizar ninguém. Quer dizer, as estatísticas do MOBRAL, elas não se preocupavam em revelar a seriedade da proposta por exemplo: O IBDE de 1970/80 que dizia que a redução do analfabetismo foi 7,89%, isso é o Censo oficial desse país. O MOBRAL dizia que de 70 a 76, nos 10 anos, apenas em 6 anos desse período, ele havia reduzido o analfabetismo em 37%. Quer dizer, são as próprias estatísticas oficiais, que se encarregavam de desmentir e demonstrar não credibilidade. Em números absolutos, o IBDE revelava que nesses 10 anos o analfabetismo cresceu de 18.146.891 para 19.356.092 analfabetos. Aquilo que eu dizia, que nos anos 60, as Campanhas e centenas de cursos do MOBRAL conseguiram reduzir o analfabetismo em 10%, ^{o MOBRAL conseguia apenas em 7,8%.} E assim por diante, nas avaliações feitas, o calcanhar de Aquiles do MOBRAL das 10h para treinamento dos monitores, que pouco a pouco o MOBRAL foi perdendo a credibilidade. Ele que veio



para resolver um problema e era um programa só e, se resolvida a questão, ele teria que sair de cena, a sobrevivência institucional, os empregos, as rendas e os financiamentos foram se elastecendo, se prolongando e o MOBRAL começou a mudar de nome, não digo de nome, mas o seu público-alvo. O engajamento sistemático e maciço da faixa etária abaixo de 15 anos, o MOBRAL infanto-juvenil, o Programa da Ação Comunitária, o PRODAC, associado às Forças Armadas, o ACISO com o Exército por exemplo (Ação Cívica e Social) e aquilo foi um desastre, porque você chegava numa cidade pequena com o Exército e começava a tirar carteira de identidade, carteira de trabalho e o pessoal do MOBRAL começava a tentar alfabetizar, e o povo fazia logo a leitura das duas instituições e como as duas estavam se portando. A transformação de Educação Permanente em ação comunitária, onde o clientelismo perdura e, finalmente, em 79 o MOBRAL tenta a cooptação do discurso da Educação Popular. Antes disso, alguns grupos já tentavam o método Paulo Freire, mesmo que não dissessem que era o método Paulo Freire, absorvendo a tecnologia sem a absorção da filosofia do método Paulo Freire, o que não poderia ter sido revelado na época, até mesmo a cooptação do discurso da Educação Popular. Isto me lembra uma historinha pra aliviar um pouco a massa de informações que se dá. Uma vez, visitando o Nordeste nos tempos da abertura, que deveria ser lenta e gradual (e como foi lenta e gradual!) eu visitando um amigo meu, disse: - Me diz uma coisa! Como estão as coisas aqui? - As coisas aqui estão bem! (Não vou revelar o Estado porque poderiam decodificar os personagens e não seria interessante para o meu amigo). Eu disse: - E Fulano de Tal ? (Era uma liderança oriunda de latifúndio) - Fulano de Tal, hoje, depois de roubar a terra dos camponeses, depois de roubar a força do trabalho da mão de obra, ele agora roubou o discurso dos pobres, roubou o discurso. Então, de repente, você não sabe mais identificar, fica difícil você batizar quem foi resistente no período da ditadura e que hoje, tem que ultrapassar, inclusive, os democratas pela esquerda, para poder provar que é democrata. Nessas transformações, o MOBRAL chegou até o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos



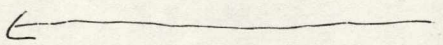
(80/85), que isto aí deu o golpe final no MOBREAL; sobreviverá mais até a FUNDAÇÃO EDUCAR, mas na realidade foi-se a força que o Ministério dava no Ensino Fundamental, Educação Pré-Escolar e Ensino Supletivo. É realmente provado, que aquelas Campanhas por mais generosas que pudessem ser, elas terminavam se exaurindo nelas mesmas e modificavam e transformavam muito pouco uma realidade. O que tinha que se fazer, realmente, era um Ensino Fundamental, um Ensino de 1º Grau que extingua o analfabetismo com alguns programas e medidas paralelas que ataquem topicamente e em pequenas proporções alguns problemas mais graves do analfabetismo. Hoje temos diante de nós, a proposta de educar na e para a democracia. Acho que isso é fundamental! Se perguntarem qual é a questão mais importante da Educação hoje no Brasil, eu respondo tranquilamente que é sustentar o projeto democrático desse país. Se não tivermos condições de sustentar o projeto democrático deste país nós vamos passar mais 20 anos sem poder discutir a Educação. Para poder discutir a Educação é preciso que haja democracia. Então esta me parece que seja a questão fundamental e, em democracia, há um dado contextualizado, porque aquela questão de você pensar que vai resolver a situação dentro de quatro paredes de uma sala de aula, ninguém tem mais essa ilusão. Aliás eu estou falando em corda, em casa de enforcado, porque vocês pegam o final do processo. Vocês trabalham com a chamada criança carente, que é a forma de esconder realmente a realidade dessa criança, dessa criança carente, que é a forma mais elegante. Ninguém fala mais em subdesenvolvida, é a criança carente, é o fruto de um longo processo, de um processo que existe na estrutura agrária arcaica, improdutiva, que não fixa o homem no campo, de uma falta de estrutura de relações de trabalho. Vocês já pensaram que a nossa CLT, ela diz na mensagem do Ministro do Trabalho que mandaram para a Câmara, dizia que era fundamental no Código da Lavoura, e o Código da Lavoura, é um Código de Trabalho de Mussolini, do Fascismo frente a relação de 45 a 46. Ninguém mexeu na CLT, veio até 64, não mexeu (64 não iria mexer mesmo!)



Nós estamos aí com uma estrutura que vem acumulando estes problemas todos, e vocês recebem a ponta do problema, que é a criança carente. Ora, atacar o problema pelas conseqüências, nunca vamos sair do campo em que estamos. Ou nós, revertemos o processo e vamos trabalhar em cima das causas que geram isso, ou então, vamos aceitar que o país crie o menor abandonado, o menor carente e crie uma instituição para cuidar do menor carente, do menor abandonado, o que é uma doidice, maluquice. Ou a gente, reverte o processo e vai trabalhar nas fontes disso, numa reforma agrária conseqüente, na democratização da sociedade, na redistribuição da renda, na escolarização para todos, no trabalho assegurado ao homem e a mulher; ou a gente trata de reverter, de subir a ata do rio. Não tem uma espécie de peixe, o salmão, que na hora da desova, ele sobe a corrente toda e vai desovar lá na nascente do rio? Porque ele sabe que tem que desovar lá, onde está a origem da água, e não na foz do rio. Se o peixe saba disso, porque nós homens, não sabemos que temos que trabalhar na outra ponta do processo? Evidentemente, que nós temos que ter projetos e programas assistenciais enquanto não reverter este que está aqui in loco. Eu não estou aqui pregando, fechar a FUNABEM. Longe de mim isso. Enquanto existir um homem com fome, enquanto existir uma criança sem chão, nem teto, nós temos uma tarefa a cumprir, agora, se nós chegarmos a velhice, ^{sem alcançarmos os anos} temos que ser sábios. Então, nós temos que identificar, chamar as autoridades, a população, o povo, a sociedade civil convocar e discutir. Ou você é um tonel que vai de encontro a corrente, até começar a origem do processo, ou então, você vai continuar sempre a tia, a vozinha a cuidar daquilo ali, sabendo que aquilo ali é um paliativo. Então, nós teríamos que construir a democracia política, social, econômica, cultural para depois chegar ao ponto de ter uma democracia sem qualificativos. E aí, então obter as condições de uma escola, que seja realmente, a escola do século XX para as nações desenvolvidas. A nossa aspiração, é uma aspiração até muito humilde. Nós queremos para este país entrar no século XXI como

de saberemos: talvez de nos! Andar de chegar a velhice



as nações desenvolvidas entraram no século XX. Isto é, com uma escola coerente, conseqüente, democrática, produtiva, eficaz e eficiente. Não é muito, o que os educadores querem, isto a gente está discutindo desde 1924, quer dizer, antes da metade do século, a gente já discutia isso, e em 1985 nós estamos discutindo ainda a mesma coisa. Vamos ver se nesse pacto social e a Assembléia Constituinte, não é uma panacéia que vai resolver os nossos problemas, mas pelo menos seja a oportunidade de se colocar em mesa essas discussões. Eu quero terminar as minhas palavras, agradecendo a honra que me deram de discutir com vocês essas questões de Educação e a paciência com que me ouviram e sempre que eu trago a discussão a questão da Educação, costumo falar, remeter à inteligência das pessoas, mas também termino as palavras falando à emoção das pessoas, porque eu acho que o homem, não é somente inteligência, o homem também é emoção. E neste momento eu me permito o verso de Maiascowisk, quando ele diz: "  Eu sou todo coração, a anatomia em mim ficou louca, e sou todo coração ". Eu me permito fazer uma homenagem a 3 pessoas que estariam aqui conosco hoje, certamente, uma vez que a discussão é Educação, e não estão porque foram mortos pela repressão. Eu me refiro ao prefeito Djalma Maranhão - criador da " Campanha de Pê no Chão também se Aprende a Ler " - preso, exilado na Ilha de Fernando de Noronha. Obteve a liberdade por habeas corpus do Supremo Tribunal Federal, teve que se exilar no Uruguai, onde morreu só. A anistia que me restituiu à Universidade, o trabalho da Universidade, que me faz conversar com vocês aqui; essa anistia não chegou para eles. Luiz Gonzaga dos Santos, vice-prefeito, também preso e exilado na Ilha de Fernando de Noronha veio reconstituir a sua vida aqui, em Niterói. Quando abriram um novo IPM em Natal, dizendo que ele era ligado ao Grupo dos Onze, foi preso em Niterói e daí responder processo em Natal. Mesmo que os médicos dissessem que ele sofria do cora-



ção, ele foi colocado num avião, sem cabine pressurizada, avião da FAB e mandado para o Recife, onde 24 horas depois morreu no quartel da 7ª Região Militar. Luiz Inácio Maranhão Filho, meu colega de Faculdade de Filosofia, Deputado Estadual, criador do CPC de Natal, braço forte dentro da Campanha de Pê no Chão, preso e exilado na Ilha de Fernando de Noronha, recuperou a liberdade através de "habeas corpus", mas por uma questão de opção pessoal manteve-se na clandestinidade, militando no PCB, onde chegou até o Comitê Central. Desapareceu em São Paulo, 1974, até hoje, os amigos não conseguiram colocar uma rosa no seu túmulo, e a mulher não sabe se é esposa ou viúva. A eles, aos três, que poderiam estar conosco aqui, eu rendo minha homenagem nos versos de Neruda, uma das vozes mais altas da América Latina, porque, realmente, nós devemos este dia de hoje, aos mortos que lutaram.

Diz Neruda:

"... Não renunciéis ao dia

que vos entregam os mortos que lutaram

Cada espiga nasce de um grão entregue a terra,

*E como trigo, o povo enumerado junto as raízes
acumula espigas,*

e na tormenta desencadeada

Sobe a Claridade do Universo. "